



MATERIALIDADE E RESISTÊNCIAS NA AMAZÔNIA URBANA: PENSANDO OS ASPECTOS SOCIOESPACIAIS DA HISTORICIDADE DO BAIRRO CABANAGEM EM BELÉM/PA

Materiality and resistances in the urban amazon: considering the socio-spatial aspects of
the historicity of the *cabanagem* Neighborhood in Belém/PA

Materialidad y resistencias en la Amazonía urbana: Considerando los Aspectos
Socioespaciales de la Historicidad del Barrio *Cabanagem* en Belém/PA

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v27.1051>

Antonio Cleison de Souza Costa¹

Clay Anderson Nunes Chagas²

Roberto Magno Reis Netto³

Histórico do Artigo:

Recebido em 24 de setembro de 2024

Aceito em 12 de dezembro de 2024

Publicado em 06 de março de 2025

RESUMO

No Brasil, é comum atrelar-se a urbanização ao processo de metropolização e, mais especificamente, às periferias. A metropolização, contudo, não se confunde a uma simples delimitação. Há agentes públicos e privados que exercem influência na área de abrangência das Regiões Metropolitanas (RM). Diante dessas alterações ocorridas ao longo dos anos, questiona-se: qual a relação do processo de metropolização com a formação do bairro Cabanagem, na cidade de Belém/PA? Considerando todo o exposto, este artigo se propõe a debater acerca do processo de metropolização na Região Metropolitana de Belém (RMB) e de suas ressonâncias no processo de ocupação do bairro Cabanagem, a partir da inserção do eixo de expansão viário da Avenida Augusto Montenegro. Os procedimentos metodológicos foram: revisão bibliográfica, levantamentos documentais, trabalhos de campo e as

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisador Fapespa.

Email: cleison06051981@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0009-3507-998X>

² Professor da Universidade Estadual do Pará (UEPA).

Email: claychagas@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-4223-0192>

³ Professor do Instituto de Ensino de Segurança do Estado do Pará. Pesquisador e Oficial de Justiça do TJPA.

Email: bob_reis_ufpa@yahoo.com

 <https://orcid.org/0000-0002-5076-6149>

geotecnologias. Os resultados mostram que, de forma proposital ou não, o modelo urbanização, em suas variadas vertentes, reconfigurou a organização urbana dos municípios que compõem a RMB e seu entorno.

Palavras-chave: Urbanização; Cabanagem; metropolização; Belém; Amazônia.

ABSTRACT

In Brazil, it is common to link urbanization to the process of metropolization and, more specifically, to the outskirts. Metropolization, however, is not to be confused with a simple delimitation. There are public and private agents that exert influence in the area covered by Metropolitan Regions (MR). In light of the changes that have occurred over the years, the following question arises: what is the relation between the process of metropolization and the formation of the *Cabanagem* neighborhood, in the city of Belém/PA? Considering the above, this article aims to discuss the process of metropolization in the Metropolitan Region of Belém (MRB) and its impacts on the occupation of the *Cabanagem* neighborhood, focusing on the insertion of the road expansion axis of *Augusto Montenegro Avenue*. The methodological procedures were: bibliographic review, documentary surveys, fieldwork, and geotechnologies. The results show that, whether intentionally or not, the urbanization model, in its various aspects, has reconfigured the urban organization of the municipalities that make up the MRB and its surroundings.

Keywords: Urbanization; *Cabanagem*; metropolization; Belém; Amazon.

RESUMEN

En Brasil, es común vincular la urbanización al proceso de metropolización y, más específicamente, a las periferias. La metropolización, sin embargo, no debe confundirse con una simple delimitación. Existen agentes públicos y privados que ejercen influencia en el área de cobertura de las Regiones Metropolitanas (RM). A la luz de los cambios ocurridos a lo largo de los años, surge la pregunta: ¿cuál es la relación del proceso de metropolización con la formación del barrio *Cabanagem*, en la ciudad de Belém/PA? Considerando lo expuesto, este artículo se propone debatir el proceso de metropolización en la Región Metropolitana de Belém (RMB) y sus repercusiones en el proceso de ocupación del barrio *Cabanagem*, a partir de la inserción del eje de expansión vial de la Avenida Augusto Montenegro. Los procedimientos metodológicos fueron: revisión bibliográfica, levantamientos documentales, trabajos de campo y geotecnologías. Los resultados muestran que, de forma intencionada o no, el modelo de urbanización, en sus diversas vertientes, reconfiguró la organización urbana de los municipios que conforman la RMB y sus alrededores.

Palabras clave: Urbanización; *Cabanagem*; metropolización; Belém; Amazonía.

INTRODUÇÃO

As cidades são transformadas constantemente, e, por vezes, seu crescimento ocorre sem o devido planejamento urbano, uma vez que seus processos de expansão acabam por ocasionar, cada vez mais, um processo de fragmentação do tecido urbano (Souza, 2010).

Santos (1996) previu essa problemática e a definiu sob o conceito de “urbanização aglomerada” – resultado de intensos fluxos migratórios, essencialmente após os anos de 1950. Em relação ao mesmo problema, Costa (2020) destacou a segregação socioeconômica e espacial que incidem diretamente no modo de vida da população urbana ao longo dessa expansão das cidades.

Nestes termos, a despeito de sua importância para o comércio regional e para a expansão de diversas atividades (Becker, 1997), tem-se que as grandes cidades – especialmente no

contexto amazônico – ainda se caracterizam como locais de problemas sociais e ambientais, decorrentes da velocidade das imigrações e da carência de serviços básicos.

A cidade de Belém-PA, ao passo, pode ser apontada como um dos produtos desse processo socioespacial, conforme aponta Ribeiro (2018). Dentre as particularidades regionais observadas na cidade, destaca-se a existência da formação dos núcleos urbanos, a qual é associada a um padrão de passagem da urbanização da sociedade e do território para uma tendência à metropolização do espaço (Santos; Silveira, 2008).

A metrópole tem relação com as transformações que as cidades passam nas suas formas, funções e estruturas. No entanto, é necessário contextualizar a relação entre o processo de metropolização e a produção do espaço, visto que a metropolização do espaço condiciona e reproduz a história urbana para além da região (Lencioni, 2017).

Nesse sentido, tem-se que a Região Metropolitana de Belém (RMB) desponta como a segunda mais populosa da Amazônia. Entretanto, o que corresponde a seu território é apenas 1% do estado do Pará – em uma relação de concentração que é equivalente a 1/3 da população estadual, segundo o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

A RMB apresenta, portanto, a principal expressão de centralidade na Amazônia oriental brasileira. Desta forma, convém ressaltar que, conforme dados do IBGE (2010), a cidade de Belém, entre os anos de 1950 e 2010, teve um aumento populacional de 254.949 habitantes para 1.393.399 (Costa, 2020), o que a colocava como o 11º município mais populoso do Brasil (IBGE, 2020) e um dos mais densos da Amazônia (Ribeiro, 2018).

Apesar do Censo Demográfico (IBGE, 2022) ter mostrado uma pequena redução na população belenense para 1.303.403 habitantes – que, agora, se tornou a 12ª capital mais populosa do Brasil – observou-se um aumento da concentração populacional nos bairros próximos aos corredores centrais – como os próximos à Avenida Augusto Montenegro, por exemplo – em razão de *privilégios* atribuídos a estes locais.

Neste contexto, tem-se que o bairro Cabanagem, localizado em uma atual área de expansão urbana da capital, se apresenta como um produto deste processo de metropolização, cujo desenho urbano, em larga escala, foi transformado nas últimas décadas, ocasionando o surgimento de diversos padrões de moradias nessa área.

Em relação a este espaço específico e às suas transformações, o presente trabalho buscou compreender como as ressonâncias do processo de metropolização na RMB, a partir da inserção do eixo de expansão viário da Avenida Augusto Montenegro, promoveram as transformações atualmente observadas no bairro Cabanagem.

Para pensar a temática em questão, fundamentou-se este estudo em quatro partes: após esta introdução, a segunda parte trata da caracterização e da localização da área de estudo. A terceira parte apresenta os resultados e as discussões referentes ao crescimento populacional e à dispersão do tecido urbano (Lefebvre, 2006) da cidade de Belém, assim como analisa a ocupação e as transformações no espaço do bairro Cabanagem. Por fim, as reflexões finais são apresentadas.

MÉTODOS E TÉCNICAS

Em termos gerais, a pesquisa adotou um caráter descritivo e exploratório (Gil, 2008) por intermédio da aplicação simultânea de técnicas de levantamento bibliográfico e documental, bem como de pesquisa de campo.

A revisão bibliográfica, primeiramente, esteve focada em textos que apontam a relação entre o processo de metropolização da capital, Belém-PA, e sua relação com o processo de ocupação e de urbanização do bairro Cabanagem, conforme objetivo estabelecido na introdução do trabalho.

Já a pesquisa de campo, por sua vez, buscou uma aproximação e a compreensão do mesmo processo a partir da percepção dos moradores mais antigos do bairro, no sentido de complementar, confirmar ou refutar os dados prévios.

Some-se a isso a atividade de consulta a documentos presentes nas bases de dados de instituições públicas municipais, estaduais e federais, tais como o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), a Companhia de Habitação do Estado Pará (COHAB-PA), a Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), visitados ao longo da etapa de pesquisa de campo. A todo o conteúdo encontrado ao longo do levantamento da revisão bibliográfica, somaram-se as informações obtidas na pesquisa campo.

No que se refere à cartografia, a atual e a histórica, utilizaram-se as informações (limites municipais e face de logradouros) disponíveis na plataforma do IBGE (2010), além das plantas antigas referentes às grandes fazendas belenenses. A partir desses dados, produtos cartográficos foram elaborados por intermédio de *softwares* livres de geoprocessamento: o QGIS 3.22 e o *Google Earth Pro* versão 9.1.11.1.5.

Os resultados, por sua vez, se encontram sintetizados a partir da seção seguinte.

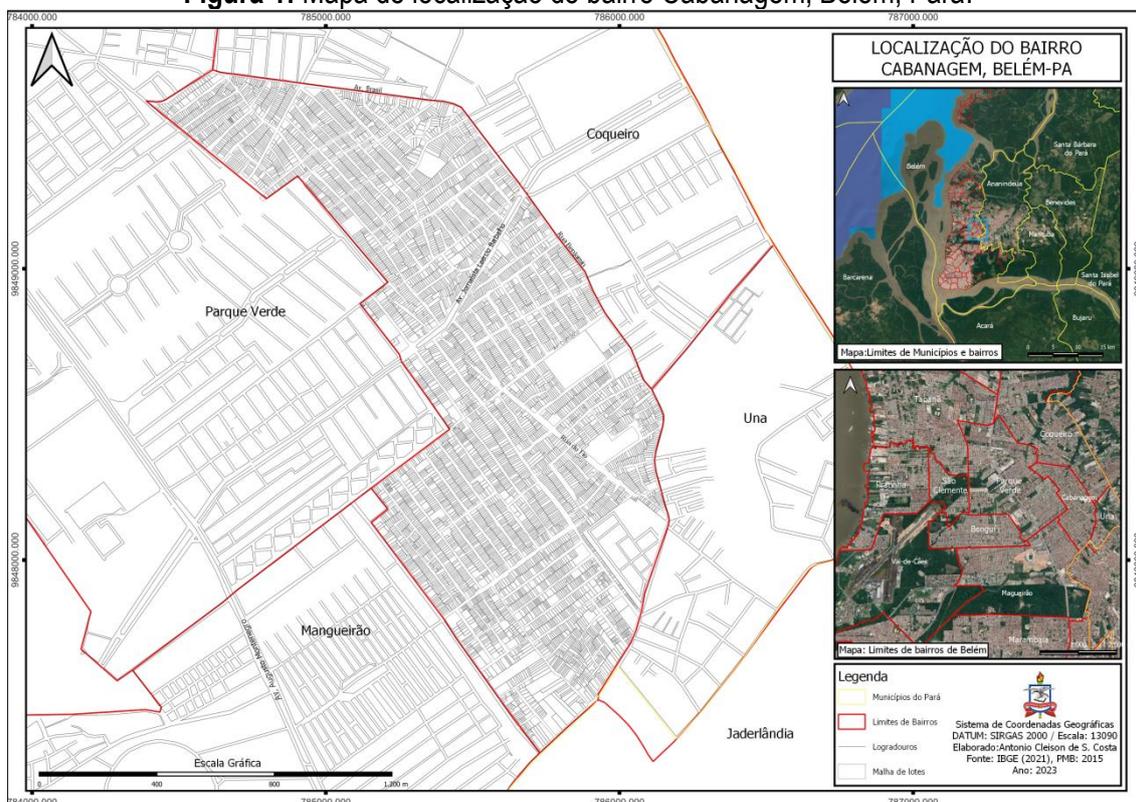
RESULTADOS E DISCUSSÕES

O espaço geográfico de referência do estudo: bairro Cabanagem

O bairro Cabanagem – com coordenada central de 1°21'58.82"S de latitude e 48°26'3.66"O de longitude – pertence ao Distrito Administrativo do Benguí (DABEM), localizado na cidade de Belém, estado do Pará.

O espaço de referência se localiza entre os bairros do Coqueiro (Belém-PA), a nordeste, do Una e do Jaderlândia (Ananindeua-PA), a sudeste; do Mangueirão, a sudoeste, e do Parque Verde, a oeste, conforme o mapa a seguir:

Figura 1: Mapa de localização do bairro Cabanagem, Belém, Pará.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da Companhia de Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM, 2015) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021).

De acordo com os dados extraídos das bases de dados geográficas do IBGE, o bairro Cabanagem tem uma área estimada, em 2000, de 1,6967 km² e um perímetro de 6.923,8123 metros.

Ainda conforme o Censo Demográfico do IBGE (2010), o bairro possuía, em 2000 e 2010, respectivamente, uma população de 27.173 mil moradores e 27.781 mil moradores, com um total de 6.147 mil domicílios em 2000 e 7.146 mil em 2010.

O processo inicial de metropolização da Região Metropolitana de Belém-PA

Para pensar os aspectos ligados ao processo de produção do espaço do município de Belém, é necessário contextualizá-lo, a princípio, dentro da lógica de produção da Região Metropolitana de Belém (RMB). Afinal, a periodização a que se pode reportar, para caracterizar o direcionamento da expansão urbana, reflete a própria conformação do espaço ocorrida em diferentes momentos da história regional.

Para Moreira (1989), inicialmente, a cidade cresceu acompanhando a orla fluvial para, em seguida, se interiorizar (penetração) e continentalizar. Dessa forma, a primeira fase do processo de ocupação foi classificada como a *expansão ribeirinha* (Moreira, 1989), que guardou grande relação com os logradouros os quais ficam às proximidades das orlas e com a fundação da cidade em 1616 até meados do século XVIII.

Em um segundo momento, destacou-se a mudança das lógicas de ocupação em uma fase caracterizada como a da *interiorização ou penetração* (Moreira, 1989), que se estendeu de meados do século XVIII a meados do século XIX. Nesta etapa, percebeu-se, ainda, uma forte relação com os cursos hídricos, porém já revelando vetores da expansão em direção às regiões mais centrais das cidades.

Por fim, Moreira (1989) destacou a fase de *continentalização*, iniciada a partir de meados do século XIX em diante, que guardou relação direta com a construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança (EFB), a qual permitiu a ligação de Belém às áreas de colonização agrícola do nordeste paraense.

Rodrigues (2000), por sua vez, informa que a cidade de Belém teria se consolidado enquanto um centro regional tão somente a partir do período áureo da borracha, ao fim do século XIX e início do século XX.

O autor também destaca três momentos de crescimento populacional da capital paraense: o primeiro, como já destacado, é o período áureo da economia da borracha; o segundo, por sua vez, corresponde a uma etapa de reaquecimento da economia gomífera, impulsionada pela necessidade dos países aliados na Segunda Guerra Mundial (Rodrigues, 2000).

O terceiro momento, ademais, seria em decorrência da política de integração da Amazônia à economia nacional a partir da segunda metade do século XX. Nesse período, o papel do Estado no processo de produção do espaço na Amazônia consistiu, em primeiro lugar, em criar as condições gerais para atender às novas necessidades de expansão e de reprodução do capital na região por meio de grandes obras e da abertura de novos eixos de expansão (Trindade Júnior; Chagas, 2002).

Em relação a esse terceiro período, tem-se que os anos de 1960 marcaram um novo momento na estratégia do Estado para a integração nacional, principalmente pela abertura de rodovias federais, o que colocou Belém em um novo padrão de urbanização, em que os fluxos passam a concentrar-se pelos eixos rodoviários (Chagas, 2003).

Esse novo modelo de urbanização (da rede urbana) deu origem a um novo fenômeno que atingiu o entorno de Belém-PA: a metropolização. Este processo, segundo Trindade Júnior (1998), se deu pela incorporação de vilas e cidades próximas mesmo que, visualmente, essas ainda se apresentassem de forma fragmentada e desarticulada da capital. Essa integração, a partir da década de 1970, intensificou-se por meio de uma maior migração proporcionada pela abertura da Rodovia Belém-Brasília.

O processo de metropolização, dessa forma, representou uma nova fase do processo de urbanização, cuja principal característica foi a dispersão urbana. Essa dinâmica acelerou as ocupações para além do Cinturão Institucional.

Segundo Moraes (2008), o Cinturão Institucional compreendia um conjunto de instituições com áreas de extensos espaços sendo destinados a várias atividades, tais como as executadas por órgãos militares: Marinha, Exército e Aeronáutica; órgãos ligados a áreas de pesquisa: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP); e órgãos ligados às áreas de infraestrutura: Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), Centrais Elétricas do Norte do Brasil (ELETRONORTE), dentre outras. Essas instituições obtiveram suas áreas de influência por meio de doações, em sua maioria, ou ainda por intermédio de desapropriações, concessões e permutas realizadas por ações governamentais tanto no nível estadual como no nível federal, configurando o uso de poder via negociações, nesse caso, majoritariamente políticas, considerando o quadro de disputa ocorrido na época.

A inserção de outros municípios, por sua vez, decorreu das diversas formas de habitações e assentamentos produzidos para além do centro de Belém, na região conhecida como *Segunda Léguas Patrimonial*, a partir da década de 1970, momento que é apontado como a grande marca do processo de metropolização. Palheta *et al.* (2017, p. 299) afirmam que “a definição da chamada Linha da Primeira Léguas Patrimonial de Belém foi intitulada a partir de um plano de alinhamento urbano que determinou a porção de uma léguas de terras (4.110 hectares)”, se estendendo do “núcleo inicial de fundação da cidade, no atual bairro Cidade Velha, [...] até o arco formado pelas Avenidas Doutor Freitas e Perimetral” (p. 301).

É importante destacar que as Regiões Metropolitanas – que, até então, eram definidas por Lei Federal – foram assim denominadas e perpassadas à competência dos estados pela Constituição Federal de 1988, nos termos do Art. 25, Parágrafo 3º, Capítulo III (Brasil, 1988). Um conceito mais detalhado para *região metropolitana* e para *metrópole* encontra-se estabelecido no Art. 2º do Estatuto da Metrópole, que foi criado pela Lei nº 13.089/2015 (Brasil, 2015) – oriunda do Projeto de Lei 3.460/2004.

Inicialmente, a RMB, ou *Grande Belém*, foi instituída pela Lei Complementar Federal nº 14, de 08/07/1973 (Brasil, 1973), sendo composta pelos municípios de Belém e Ananindeua (Mendes, 2018).

Por meio da Lei Complementar Estadual nº 27, de 19/10/1995 (Pará, 1995), foram incluídos mais três municípios: Benevides, Santa Barbara do Pará e Marituba. Nessa perspectiva, tem-se que o município de Santa Barbara do Pará foi criado a partir de um desmembramento do território de Benevides, por meio da Lei Estadual nº 5.693, de 13/12/1991 (Mendes, 2018).

Por sua vez, Marituba – que correspondia a um núcleo urbano o qual integrava os municípios de Ananindeua e Benevides – foi elevada à categoria de município em 1995, por meio da Lei Estadual nº 5.857, de 22/09/1994 (Pará, 1994), a partir de um desmembramento do então território do município de Benevides (Mendes, 2018).

Registra-se, também, a inclusão do município de Santa Isabel do Pará à RMB por meio da Lei Complementar Estadual nº 72, de 20/04/2010 (Pará, 2010), seguida pela também inclusão, em 2011, do município de Castanhal, por meio da Lei Complementar Estadual nº 76, de 28/12/2011 (Pará, 2011). Por fim, houve a recente inclusão do município de Barcarena à RMB, por meio da Lei Complementar nº 164, de 05/04/2023 (Pará, 2023).

Pode-se afirmar que esta reconfiguração da RMB encontra fundamento nos vetores de redirecionamento dos assentamentos urbanos. Neste sentido, é essencial considerar o espaço como resultado das relações sociais e a interação entre espaço e tempo na totalidade. Deve-se, ainda, atentar para as funções e as formas que constroem o espaço enquanto “[...] conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente” (Santos, 2008 p. 122).

A maneira como se deu o processo de ocupação da RMB na Primeira Légua Patrimonial ajuda compreender a produção do espaço. Elas seguiram de duas formas: a confinada e a dispersa. A primeira caracterizou-se pelo “confinamento da pobreza”, marcada pela ocupação de palafitas nas baixadas e pela verticalização nos bairros centrais – Nazaré, Comércio e Reduto –,

com habitações de alto padrão na década 1940, e expande-se na década de 1970 (Trindade Júnior, 2016).

Já o segundo momento, caracterizado como dispersão urbana, correspondeu à ocupação sistemática da chamada Segunda Légua Patrimonial, que se deu com a doação de glebas pelo Governo Federal à COHAB-PA, para a construção de grandes conjuntos habitacionais ao longo da Avenida Augusto Montenegro e BR-316. Segundo Fischer (2017), a Segunda Légua Patrimonial foi transferida do estado do Pará para a Intendência Municipal de Belém por meio do Decreto nº. 766, de 21 de setembro de 1899, com intuito de possibilitar a implantação de melhoramentos e de demais empreendimentos públicos.

A Área de Dispersão de Belém, dessa forma, começou a se estruturar ao longo da Avenida Augusto Montenegro, que passou a ser ocupada por vários conjuntos habitacionais de grande porte a partir da década de 1970 – Panorama XXI, Satélite, Pedro Teixeira, Maguari, Tapajós, Gleba II e III, etc. Os conjuntos habitacionais não fizeram, naquele momento, o papel de integração metropolitana, e as políticas habitacionais pouco dialogavam entre os municípios da RMB (Silva, 2014).

Ainda que a inserção de diversos conjuntos habitacionais não tivesse a intensão de motivar o surgimento de outros núcleos urbanos, houve a multiplicação de ocupações, em muito, por conta do número insuficiente de unidades habitacionais instituídas pelo Estado.

Dessa maneira, o bairro Cabanagem surgiu como fruto dessa lógica de *ocupação em razão da proximidade* com outros conjuntos habitacionais e com os eixos de circulação com o centro da cidade de Belém, como se passa a discutir, de forma mais específica, em relação ao bairro em análise.

Origem e materialidade do bairro Cabanagem

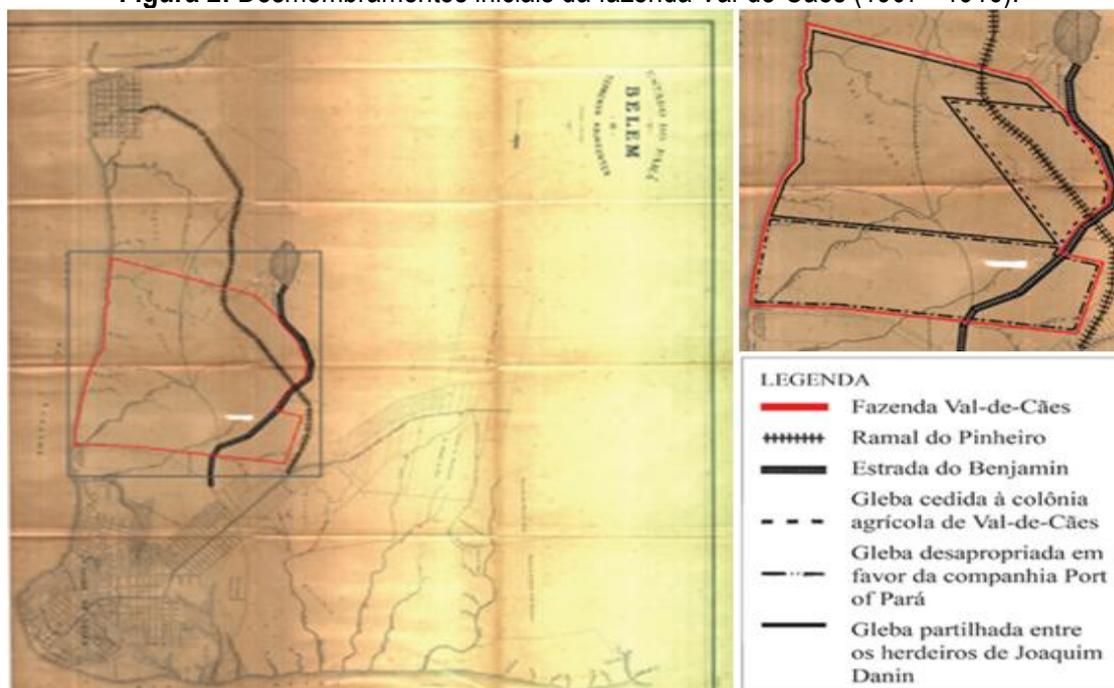
A configuração da Segunda Légua Patrimonial estava restrita a grandes glebas, como a antiga fazenda Val-de-Cães – originada em meados dos anos de 1675, conjuntamente com as políticas de intervenção do Estado. O seu desmembramento, ao passo, se coloca como um elo fundamental para entender o processo de ocupação e a origem histórica do bairro Cabanagem.

A fazenda Val-de-Cães originou-se de parte dos imóveis deixados, por testamento, ao Convento das Mercês pela D. Maria de Mendonça, viúva de Feliciano Corrêa, se tornando a primeira fazenda de propriedade da ordem dos mercedários (Ventura Neto; Moura, 2021). Essa condição perdurou até meados de 1787, quando o convento foi extinto como consequência das

políticas pombalinas, deslocando a propriedade das terras à Coroa Portuguesa (Ventura Neto; Moura, 2021).

Em 1801, por sua vez, a fazenda foi adquirida por Antônio Duarte Souto, que, em 1858, a vendeu para Joaquim Francisco de Araújo Danin. Já em 1900, a fazenda passou a ser de responsabilidade dos filhos do casal Joaquim Francisco de Araújo Danin e Maria José de Araújo Roso Cardoso Danin. Entre 1907 e 1916, a fazenda Val-de-Cães passou por uma série de desmembramentos, que estavam diretamente relacionados à conclusão do Ramal do Pinheiro e da ampliação do Porto de Belém, em 1906 (Ventura Neto; Moura, 2021). A última fragmentação ocorreu em 1916, em decorrência da partilha testamentária entre os herdeiros de Joaquim Danin.

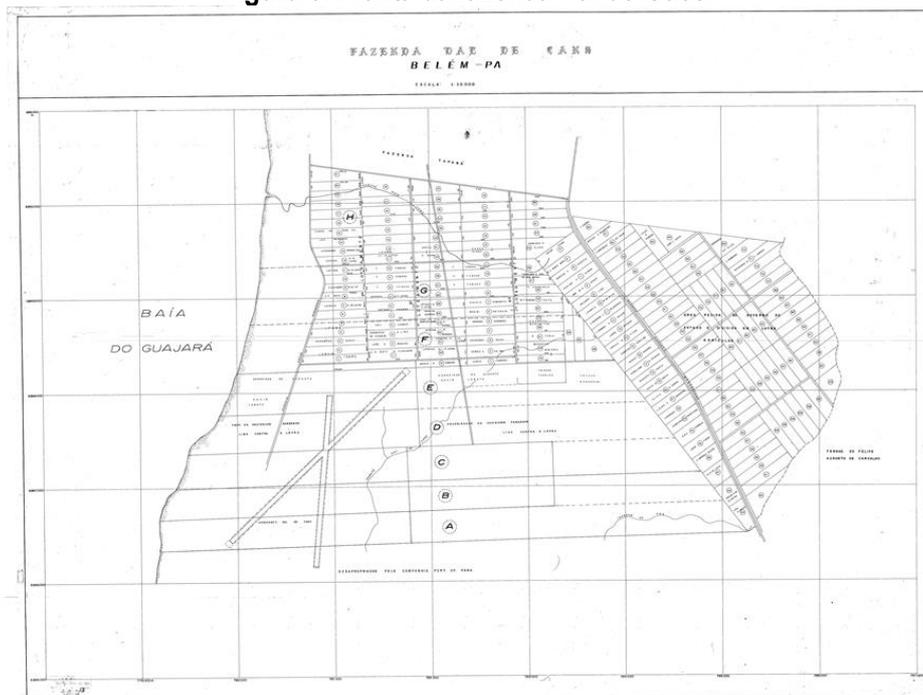
Figura 2: Desmembramentos iniciais da fazenda Val-de-Cães (1907 - 1916).



Fonte: Adaptado com base em Ventura Neto e Moura (2021); Muniz (1907); Bulletin of the Pan American Union (1910); Iterpa (2015).

Contudo, conforme apontam Ventura Neto e Moura (2021), foi a desapropriação da área, para além das ações de parcelamento privado acima, que teriam ocasionado a fragmentação do território original da fazenda Val de-Cães. Em termos cronológicos, observa-se uma primeira camada que expõe grandes desapropriações e desmembramentos em favor da Colônia Agrícola do Governo do Estado e para o *Port of Pará* (Porto do Pará), e a subsequente divisão da parcela restante da fazenda, em grandes lotes, distribuídos entre os herdeiros de Joaquim Danin.

Figura 3: Planta da fazenda Val-de-Cães.



Fonte: Instituto de Terra do Pará (ITERPA, 2022).

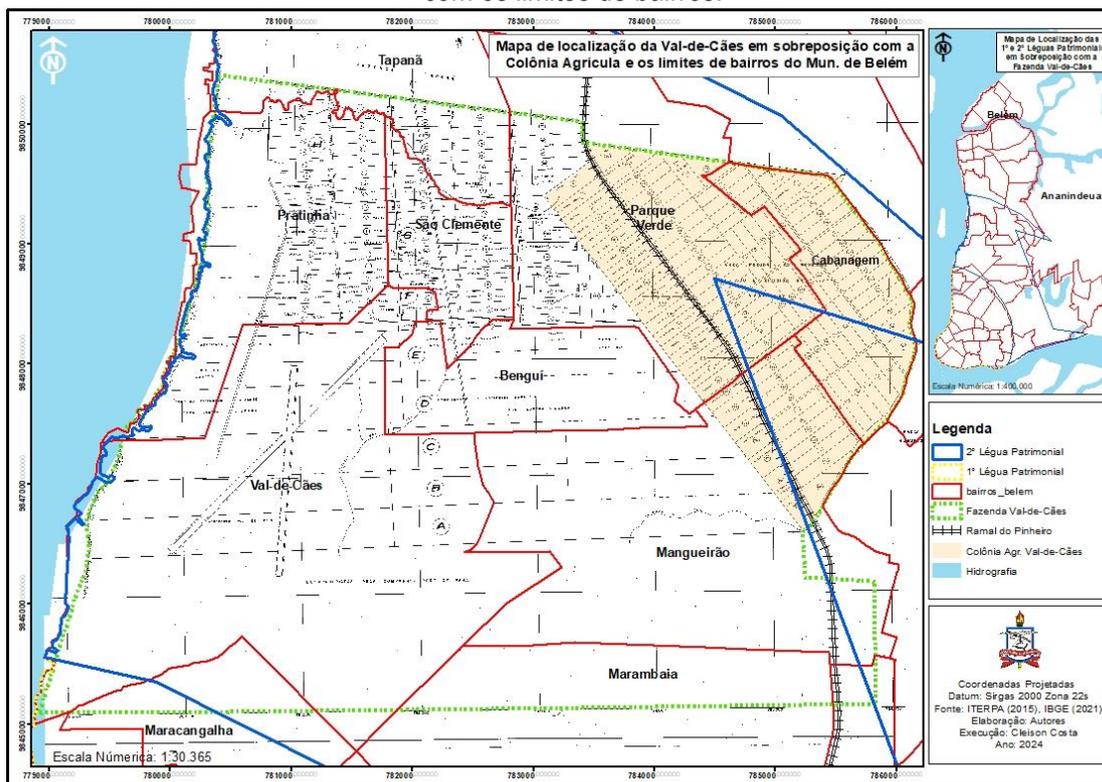
A porção da fazenda que hoje corresponde ao bairro Cabanagem adveio do desmembramento ocorrido em 1907, quando a porção de terras correspondente foi cedida ao Governo do Estado do Pará para implantar um projeto de colonização denominado *Colônia Agrícola Val-de-Cães* (Ventura Neto; Moura, 2021), o qual visava ocupar o entorno da Estrada de Ferro Belém-Bragança (EFB).

Ventura Neto e Moura (2021) explicam que a Colônia Agrícola de Val-de-Cães seria composta por 107 lotes, com cerca de 5 ha cada, para além de arruamentos que terminavam na Estrada do Benjamin e conectavam o restante da Colônia Agrícola ao Ramal do Pinheiro (Figura 4). É importante destacar, também, que a referida Estrada do Benjamin corresponde hoje à *Rua Benjamin*⁴, que delimita os limites do bairro Cabanagem a leste e ao sul, enquanto o Ramal do Pinheiro corresponde hoje à *Avenida Augusto Montenegro*⁵, o que deixa claro como os processos de desmembramento e de ocupação constituiu a atual geografia do bairro.

⁴ Segundo o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), em 05/12/2000, recuperou-se a planta que seria a descrição das grandes glebas que compunham a Segunda Légua Patrimonial, onde aparece a gleba Terras de Benjamin, nos limites com fazenda Val-de-Cães. Esse pode ser o elemento que daria nome à Estrada Benjamin, atual Rua Benjamin.

⁵ "A Rodovia Augusto Montenegro foi inaugurada em 1978 sobre o traçado do antigo Ramal do Pinheiro, desativado desde meados dos anos de 1960" (Ventura Neto; Moura, 2021).

Figura 4: Mapa de localização da fazenda Val-de-Cães e da Colônia Agrícola, em sobreposição com os limites de bairros.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da ITERPA (2022) e da CODEM (1998).

Ao analisar as Figuras 3 e 4, é possível constatar que o parcelamento previsto para a Colônia Agrícola, pelo Governo do Estado, motivou as primeiras ocupações, ainda que a área correspondente permanecesse sob domínio de grandes latifundiários em um primeiro momento. Porém, como destacam Ventura Neto e Moura (2021, p. 18), o “processo histórico de urbanização da Segunda Légua Patrimonial foi marcado por ações do Governo do Estado, por meio de desmembramentos, desapropriações e parcelamentos em um ambiente repleto de conflitos fundiários”. Como resultado disso, nas décadas de 1970 e 1980, a região da Avenida Augusto Montenegro se tornaria a principal fronteira imobiliária da RMB e de novas ocupações espontâneas.

É importante destacar que a produção de habitações para as classes populares, no eixo da Avenida Augusto Montenegro, esteve articulada ao remanejamento exigido pela macrodrenagem da Bacia das Armas, realizada nos anos 1960 em área localizada nas proximidades do Porto de Belém – entre os atuais bairros do Reduto, Nazaré e Umarizal.

Consolidou-se, assim, um padrão de urbanização da Segunda Légua Patrimonial, que se estabeleceu por meio da doação de glebas pelo Governo Federal à Companhia de Habitação do Estado Pará (COHAB-PA), às Cooperativas Habitacionais (COOPHAB) e ao Instituto de

Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Pará (IPASEP), financiados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) e pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) (Trindade Júnior, 2016).

Segundo Ventura Neto e Moura (2021), os primeiros conjuntos habitacionais foram construídos no ano de 1968, pela COHAB-PA, na gleba da ENASA (Nova Marambaia I, II e III, Euclides Figueiredo, Médici I e II, Marex, Conjunto CDP e Providência), destinados à população remanejada do entorno do igarapé das Armas, localizado atualmente na Avenida Visconde de Souza Franco, bairro Reduto. Em paralelo, alguns conjuntos habitacionais foram ocupados espontaneamente antes mesmo de sua conclusão, a exemplo do conjunto Satélite, concluído ao mesmo tempo em que surgiam novas ocupações espontâneas as quais preenchiam as áreas correspondentes aos vazios entre os conjuntos e aos fundos desses – nesse caso, em áreas alagadiças, como a que deu origem ao bairro Cabanagem, no fundo dos Conjuntos Panorama XXI e Parklândia.

A ocupação do bairro Cabanagem, assim, foi resultado do processo de expansão da malha urbana no eixo da Avenida Augusto Montenegro. A distância do centro da cidade e a pouca infraestrutura fizeram da área um local atrativo à população de baixa renda devido ao baixo preço da terra. Na passagem dos anos 1980 para os anos 1990, políticos incentivaram a regularização das ocupações, como promessa de campanha nos veículos de comunicação de massa. Surgiu o fenômeno denominado por Borges (1992) como *Indústria das Invasões*, o qual distorceu o conflito territorial entre os proprietários de terra e o seguimento *operário* da população.

Para Trindade Júnior (1998), havia uma relação próxima entre os diversos agentes envolvidos na produção dos assentamentos espontâneos. Essa combinação de pactos diversos em que estavam envolvidos o Estado, a população e os proprietários fundiários se intitulava “Indústria das Invasões”. Todos se beneficiavam: a população, por receber apoio e incentivo à invasão com promessa da casa própria; os proprietários, por se beneficiarem com a venda dos terrenos ao Estado e a chegada de infraestrutura aos locais das ocupações, além do governo local, que aparecia como o “solucionador” dos problemas e, muitas vezes, por ser o incentivador da área ocupada, recebia a homenagem da população, sendo a área batizada com o nome do referido governante ou do incentivador da ocupação.

Assim, surgiu o bairro Cabanagem, entre os anos de 1985 e 1990. A nomenclatura fazia alusão ao aniversário de 150 anos da Revolução que teve o mesmo nome (Costa, 2020). Na presente pesquisa, a Cooperativo Beneficente Cristo Redentor assumiu papel fundamental na construção do histórico de formação do bairro, cujos acervos detalharam que a chegada à área,

no ano 1968, foi estimulada pela procura de um terreno unifamiliar. Após buscas junto à Prefeitura do Município de Ananindeua a respeito da situação fundiária do terreno, identificou-se que o local pertenceria a uma empresa chamada *Pará Electric* (Fisher, 2020), adquirido por força de dívidas com o município.

A partir de levantamentos efetivados pela COHAB-PA, com vistas à realização da urbanização de terrenos ocupados na área de expansão, constatou-se que grande parte da população residente nessas áreas de ocupação na década de 1990 procedia do interior do estado (COHAB-PA, 1992). De igual forma, verificou-se, a partir de pesquisa da Caixa Econômica Federal para traçar um perfil dos moradores de conjuntos habitacionais invadidos na RMB, que “quase 50% dos entrevistados eram procedentes do interior do estado” (Trindade Júnior, 2016, p. 58).

As Figuras 5 e 6, a seguir, mostram um pouco das mudanças ocorridas ao longo dos anos, sensíveis a partir das características das residências e dos logradouros em áreas onde ainda perduram áreas vazias e em ocupação (Costa, 2020), mostrando que a constituição desse espaço “[...] é social [...]”, sendo assim formado não só “[...] pelas coisas [...]”, mas por todos “[...] os objetos geográficos, naturais e artificiais [...] e mais a sociedade [...]” (Santos, 2014, p. 12).

Figura 5: Rua Benjamin, ano 1990.



Fonte: Acervo Cooperativa Beneficente Cristo Redentor.

Figura 6: Rua Benjamin, ano 2023.



Fonte: Google Earth 2023.

Pensar a redefinição de características simbólicas requer, portanto, considerar diversas territorialidades como ponto de partida. De fato, há inúmeras percepções sobre o território. Um exemplo disso está imbuído no imaginário de parte dos moradores que ainda reconhecem a área como *Grande Cabanagem* – conforme nomenclatura utilizada pelo Governo do Estado, em 1990, no Projeto Urbanizar 2 (Costa, 2020).

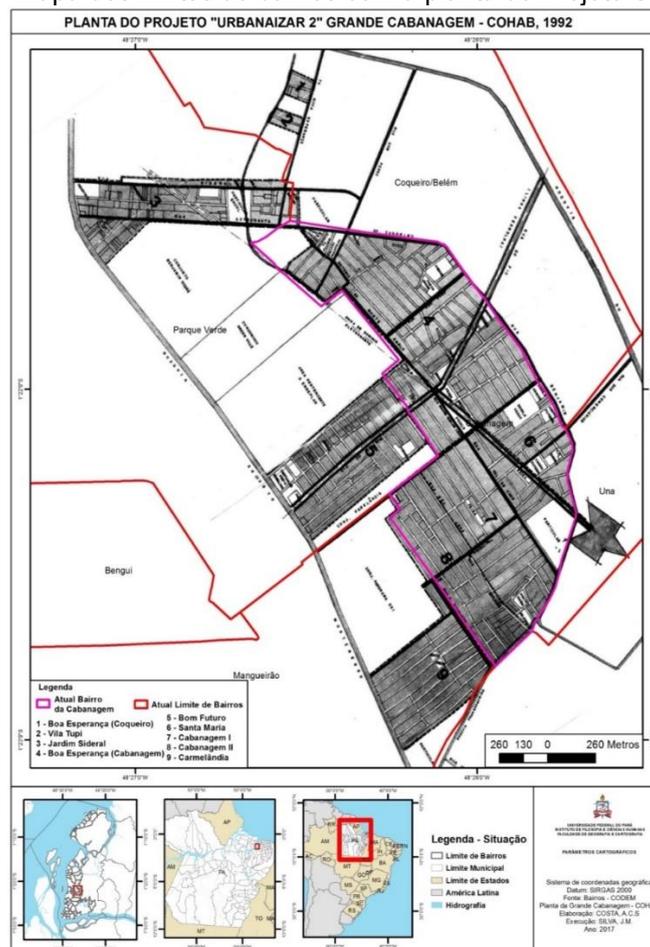
Figura 7: Folder do Projeto Urbanizar 2.



Fonte: Companhia de Habitação do Pará (COHAB-PA, 1992).

A Lei Estadual n° 7.806, de 30 de julho de 1996 (Pará, 1996) delimitou a fronteira entre os bairros e os municípios circundantes. A referida lei adotou como critério, para a delimitação de bairros, os eixos de logradouros. A área que seria objeto da delimitação, inclusive, seria bem maior que o atual bairro Cabanagem (Figura 9).

Figura 8: Mapa dos limites de bairros com a planta do Projeto Urbanizar 2.



Fonte: CODEM (2011) e COHAB (1992); adaptado pelos autores com base na planta do Projeto Urbanizar 2 (COHAB-PA, 1992).

Porém, durante a década de 1990, a Companhia de Habitação do Estado Pará (COHAB-PA) se propôs a promover ações de saneamento básico para uma área ocupada por cerca de 160 famílias, com extensão territorial de 22.300.000,00 m², afetando os limites do projeto inicial. Nesse sentido, a delimitação estabelecida pela Companhia de Saneamento do Estado do Pará (COSANPA) para a execução do projeto exerceu papel importante na territorialidade de apropriação dos moradores, sobretudo pela questão simbólica, haja vista ser comum moradores se referirem ao bairro como “*Grande Cabanagem*”.

A Figura 9, nestes termos, revela subsídios para se refletir sobre parte das relações de poder que configuraram a ocupação do bairro e de outras territorialidades complexas as quais resultaram nos limites do bairro, demonstrando o conjunto de forças que atuam sobre o espaço, (re)modelando-o.

Por se tratar de áreas ocupadas de maneira irregular, os assentamentos não seguiram diretrizes urbanísticas ou processos de ordenação do uso e de ocupação do solo. Esse foi o contexto encontrado pelo *Projeto Urbanizar 2* ao realizar o levantamento do número de famílias que ocupavam a área denominada “*Grande Cabanagem*”.

Quadro 1: Delimitação da área e da população, obtida com o Projeto Urbanizar 2.

Descrição dos lotes referentes ao projeto Grande Cabanagem		
Denominação	Área (m²)	Número de famílias
Jardim Sideral	332.700,00	1.000
Boa Esperança I	785.315,00	47
Vila Tupi	13.600,00	51
Cabanagem I	293.073,65	1.500
Cabanagem II	251.568,00	1.000
Carmenlândia	270.723,00	2.500
Bom Futuro	343.518,32	2.000
Boa Esperança II	20.000,00	3.500
Santa Maria	167.350,00	1.500

Fonte: COHAB-PA (1992).

Como se percebe no Quadro 1, as descrições das áreas que seriam divididas pela Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB-PA) apresentavam números expressivos para a época, aspectos que foram considerados ao se propor as alterações na divisão territorial do que seria a *Grande Cabanagem*. O ajuste proposto, dessa forma, englobou, dentro do limite atual do bairro, os lotes denominados Santa Maria, Cabanagem I, Cabanagem II e Boa Esperança – que estavam distribuídos em uma extensão territorial de 167.350,00 m². Ao analisar a Figura 9, é possível notar que uma parcela significativa dos lotes do projeto *Urbanizar 2* relacionou-se com

o bairro Cabanagem: nesse caso, os lotes 4 (Boa Esperança), 6 (Santa Maria), 7 (Cabanagem I) e 8 (Cabanagem II).

O debate histórico sobre os limites territoriais, nessa senda, sucinta pensar o poder exercido por ações que tiveram o Governo do Estado como o principal agente transformador do espaço, vinculando-se à ideia de territorialidade. Essa territorialidade representou a tentativa de um “indivíduo ou grupo para afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, e para delimitar e impor controle sobre uma área geográfica” (Sack, 1986, p. 19).

Como se percebe, foram as múltiplas relações de poder instituídas sobre o bairro – e construídas, delimitadas espacialmente, dentro de escalas diversas e vinculadas ao imaginário da população – que resultaram no processo de produção do espaço urbano, não o da RMB, mas o do bairro Cabanagem.

Nessa perspectiva, verifica-se que a expansão urbana em direção à Avenida Augusto Montenegro e a formação dos núcleos urbanos foram os processos (re)definidores das estruturas espaciais vinculadas ao bairro, sobretudo a partir das políticas impostas pelo Governo do Estado, que, até então, ainda permanecem na construção simbólica do que seria a abrangência do bairro Cabanagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reconfiguração territorial da Região Metropolitana de Belém (RMB) passou por mudanças significativas a partir da inserção do novo padrão de ocupação que, gradativamente, reconfigurou a dinâmica de fluxo de pessoas e mercadorias.

Diante da transição do padrão de uso e de ocupação dos rios, como meio de transporte, para a reconfiguração voltada para as vias férreas em um primeiro momento, foi necessário pensar a periodização dos vetores de ocupação como elemento fundamental da urbanização. No caso de Belém, o tempo expressou a lógica dos processos de urbanização, dispersão urbana e metropolização.

A rápida transição presenciada foi impulsionada principalmente na década de 1960, a partir de ações estratégicas para a integração nacional, especialmente a abertura de rodovias federais, o que colocou a RMB em um novo padrão de urbanização, no qual os fluxos passaram a se concentrar pelos eixos rodoviários. Esse novo modelo de urbanização (da rede urbana) deu origem, em Belém, a outro processo: o de metropolização.

Dentro dessa lógica, o bairro Cabanagem originou-se de ações de desapropriação das grandes glebas da fazenda Val-de-Cães, com a posterior implantação do projeto agrícola pelo

Governo do Estado. Sob outro prisma, há algumas designações que podem ser manejadas para indicar certos arranjos inseridos a partir do Projeto Urbanizar 2, em 1992.

Apontados os critérios mais comuns de diferenciação, não se deve perder de vista que o processo de metropolização esteve diretamente associado à produção da área onde se encontra o bairro Cabanagem.

Em uma análise suplementar, há indícios de que a função exercida pela dispersão urbana se enquadra no arcabouço teórico aplicável ao impacto exercido pela influência do eixo de expansão urbana da Avenida Augusto Montenegro como um dos elementos que modificaram a configuração do espaço urbano. Isso demonstrou claramente como induções por parte do Governo do Estado, com o intuito de alcançarem-se determinados fins pré-estabelecidos, recondicionaram a relação e avivaram o ideário populacional a respeito do bairro.

REFERÊNCIAS

BECKER, B. Novos Rumos da Política Regional: Por um Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica. *In*: BECKER, B.; MIRANDA, M. (orgs.). **Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. p. 421-443.

BORGES, M. **Cidadania e direito de morar**: a prática de ocupações coletivas e o movimento de posseiros de Jaderlândia, Ananindeua, Pará. 1992. 363 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade do Federal do Pará, Belém, 1992.

BRASIL. Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973. **Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza**. Brasília: Diário Oficial da União, 1973.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. **Institui o Estatuto da MetrÓpole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial da União, 2015.

CHAGAS, C. **O Mito da cidade aberta**: planejamento e desenvolvimento urbano na Amazônia. 2003. 143 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade da Federal do Pará, Belém, 2003.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ (COHAB). **Visita de campo**: acesso aos arquivos do Projeto Urbanizar 2. Belém, 1992.

COSTA, A. **Poder e TerritÓrio na Geografia**: Agentes territoriais locais e os Crimes Violentos Letais Intencionais (2013 a 2017) no bairro Cabanagem, Belém-PA. 2020. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

FISCHER, L. *et al.* Origem do Patrimônio fundiário da cidade de Belém. *In*: SILVA, C. *et al.* **Belém dos 400 anos**: análises geográficas e impactos antropogênicos na cidade. Belém: GAPTA/UFPA, 2017, p. 217- 246.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados>. Acesso: 14 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/sobre/conhecendo-o-brasil.html>. Acesso: 15 jun. 2024.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. São Paulo: Editora Ática, 2006.

LENCIONI, S. **Metrópole, metropolização e regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

MENDES, L. A Geografia-Histórica da Região Metropolitana de Belém. **Revista Espacialidades**, Natal, n. 2, v. 14, n. 1, p. 10-39, 2018.

MORAES, M. **O Reordenamento Territorial das Áreas da Aeronáutica no Cinturão Institucional de Belém**. 2008. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

MOREIRA, E. Belém e sua expressão geográfica. In: PARÁ. **Obras reunidas de Eidorfe Moreira**. Belém: Cejup, 1989. p. 181-214.

PALHETA, J. *et al.* O traçado da linha da primeira légua patrimonial (LPLP) e da linha de preamar média (LPM) de 1831 da cidade de Belém. In: SILVA, C. *et al.* **Belém dos 400 anos: análises geográficas e impactos antropogênicos na cidade**. Belém: GAPTA/UFGA, 2017. p. 95-118.

PARÁ. Lei nº 5.857, de 22 de setembro de 1994. **Cria o município de Marituba e dá outras providências**. Belém: Diário Oficial do Estado do Pará, 1994. Disponível em: <https://vdocuments.pub/lei-no-5857-de-22-de-setembro-de-1994-leis-e-atos-regulamentares-do-municipio.html?page=1>. Acesso em: 14 set. 2024.

PARÁ. Lei Complementar nº 27, de 19 de outubro de 1995. **Institui a Região Metropolitana de Belém e dá outras providências**. Belém: Diário Oficial do Estado do Pará, 1995. Disponível em: http://antigo.sefa.pa.gov.br/legislacao/interna/lei/lc1995_p0027.pdf. Acesso em: 14 set. 2024.

PARÁ. Lei nº 7.806, de 30 de julho de 1996. **Delimita as áreas que compõe os bairros de Belém e dá outras providências**. Belém: Diário Oficial do Estado do Pará, 1996. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/leis/lei_bairros.pdf. Acesso em: 14 set. 2024.

PARÁ. Lei Complementar nº 72, de 20 de abril de 2010. **Altera a Lei Complementar nº 027, de 2019 de outubro de 1995, e dá outras providências**. Belém: Diário Oficial do Estado do Pará, 2010. Disponível em: <https://fnemrasil.org/wp-content/uploads/2017/10/RM-BELEM-LEI-COMPLEMENTAR-072.pdf>. Acesso em: 14 set. 2024.

PARÁ. Lei Complementar nº 76, de 28 dezembro de 2011. **Altera a Lei Complementar Nº 027, de 19 de outubro de 1995 e dá outras providências**. Belém: Diário Oficial do Estado do Pará, 2011. Disponível em: <https://fnemrasil.org/wp-content/uploads/2018/07/LEICOMPLEMENTARN-076-DE28DEDEZEMBRODE2011..pdf>. Acesso em: 14 set. 2024.

PARÁ. Lei Complementar nº 164, de 5 de abril de 2023. **Altera a Lei Complementar de 1995**. Belém: Diário Oficial do Estado do Pará, 2023. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pa/lei-complementar-n-164-2023-para-altera-a-lei-complementar-no-027-de-19-de-outubro-de-1995-que-instituiu-a-regiao-metropolitana-de-belem>. Acesso em: 14 set. 2024.

RIBEIRO, W. Dispersão metropolitana e novas formas urbano-regionais: uma proposta para o reconhecimento e a delimitação da cidade-região de Belém. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 132-154, 2018.

RODRIGUES, E. **Os desafios da metrópole**: reflexões sobre o desenvolvimento para Belém. Belém: NAEA/UFGA, 2000.

SACK, R. **Human territoriality: its theory and history**. Londres: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. **Da Totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.



SANTOS, M.; SILVEIRA, M. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, M. **Habitação produzindo espaço urbano na reprodução de conjuntos habitacionais**: Experiências e tendências na Região Metropolitana de Belém. 2014. 241 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SOUZA, M. **Fobópole**: o medo generalizado e a questão da militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, M. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

TRINDADE JÚNIOR, S. **A cidade dispersa**: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. 1998. 395 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

TRINDADE JÚNIOR, S. **Formação Metropolitana de Belém (1960-1997)**. Belém: Paka-Tatu, 2016.

TRINDADE JÚNIOR, S.; CHAGAS, C. A *company town* do alumínio: concepção e práticas espaciais. In: ROCHA, G. (org.). **Cidade e empresa na Amazônia**: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 195-235.

VENTURA NETO, R.; MOURA, B. Das Linhas (In)Visíveis da Fazenda Val-De-Cães aos Muros e Condomínios Fechados Da Nova Belém. In: LIMA, J. (org.). **Mudanças espaciais e no modo de morar na Nova Belém**. Belém: Paka-Tatu, 2021. p. 67-95.